

## Barão do Rio Branco

*Vale a pena recordar, com documentos autênticos, coisas que jazem enterradas nos arquivos de nossa Faculdade. São papéis que o perpassar do tempo anda lentamente a amarelar e consumir, e que, agora, de espaço a espaço, vêm à luz, com vero sabor de ressurreição, porque neles, em cada traço, renasce o passado, reverdecem adormidos tempos e rebrotam sepultadas épocas, evocando e fazendo reviver deslembrados feitos, numa esquisita sensação de dar vida a momentos transcorridos e a dias olvidados, de idos e relegados homens ilustres.*

*E' o enlevo inestricavel de atualizar dias volvidos e que se foram na sequência, que não pára, dos minutos manso e manso caminhados nas Arcadas, com o coração cheio de alegria e a alma, sempre, em revoadas de esperanças.*

*São simples trabalhos estudantinos, mas que assinalam seus autores, com o entremostrear-lhes os dotes e revelar-lhes os pendores que haviam de fazê-los sobressair na vida pública.*

*Ontem, a dissertação de JOÃO MENDES JÚNIOR, glória imperecível das Arcadas (fasc. III de 1938) ou a de FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES, lídimo padrão do homem público de Piratininga (fasc. I de 1939). Hoje cabe a vez a JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS JUNIOR, obreiro impar na construção da Pátria brasileira.*

*Dos percalços por que tem passado o arquivo da nossa gloriosa Faculdade de Direito, seis dissertações de próprio punho, do BARÃO DO RIO BRANCO, são zelosamente conservadas na Biblioteca.*

*São elas as seguintes:*

- 1) E' exata a distinção entre o direito e a moral? — 17 de maio de 1862.
- 2) O que são fontes do Direito Romano. Quais são as fontes do Direito Justiniano. Qual o valor que elas têm? — 12 de julho de 1862.
- 3) A prescrição é de Direito Natural? — 10 de agosto de 1862.
- 4) Qual a natureza da posse? — 18 de setembro de 1862.
- 5) Tese — A doutrina do Aviso de 21 de dezembro de 1855 e Consulta de 6 de março de 1854 podem harmonizar-se com a Constituição 1.º Codice, de communi servo manumisso e a Resolução n.º 30 de 11 de agosto de 1837 § 1.º? O Aviso e Consulta citados prevalecem contra as disposições e praxes que estabelecem maiores favores á liberdade que á escravidão — 22 de junho de 1864.
- 6) Dos estrangeiros comerciantes residentes no Império — 26 de novembro de 1865.

*Esta última, vai a seguir publicada, como homenagem ao preclaro cidadão, grande patriota, ingratamente deslembrado — JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS JÚNIOR, BARÃO DO RIO BRANCO.*

*Os trabalhos conservados pela Faculdade deixam ver que SILVA PARANHOS sempre foi o grande e honesto trabalhador que sua vida testemunha.*

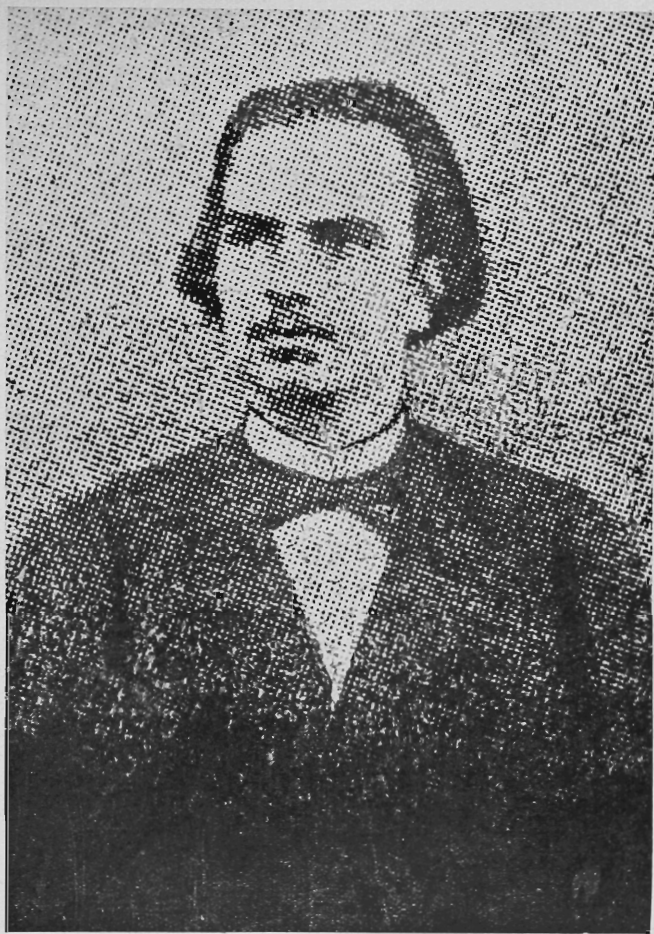
*Logo no primeiro ano de curso (1862) apresentou quatro trabalhos em meses sucessivos. Os trabalhos tventualmente apresentados em 33, no 2.º ano, não foram conservados, e dos relativos ao 3.º ano, resta apenas a tese sobre a doutrina do*

*Aviso de 21 de Dezembro de 1855, trabalho no qual se esboça a grande personalidade que havia de se projetar com brilho inconfundível na vida do País, encarnando-lhe a política externa.*

*Finalmente, em 1865, quando no 4.º ano, ultimo que cursou na nossa Faculdade (bacharelou-se pela Faculdade de Recife) apresentou, provavelmente dentre outros estraviados, a dissertação que hoje publicamos. Versa o trabalho questão de Direito Internacional Privado, matéria talvez reveladora das tendências do varão de robusto e incomparavel merecimento que, de modesto Cônsul em Liverpool (1876), se alçou às culminâncias da Diplomacia, tornando-se a luzerna gloriosa da política externa do Brasil durante dilatados anos.*

*A “Revista da Faculdade”, publicando este inédito trabalho estudantino, presta-lhe modesta homenagem com o escopo precípua de concitar os estudiosos das nossas coisas e dos nossos homens ao patriótico trabalho de memorar a vida do varão ilustre e preclaro cidadão — Barão do Rio Branco*

*H. M.*



J. M. DA SILVA PARANHOS JÚNIOR (depois Barão do Rio Branco), quando aluno da Faculdade de Direito de São Paulo, em 1865